

Brasília-DF, 18 de agosto de 2007.

Comando de Greve Nacional: Léia, JP, Luiz Antônio, Paulo Henrique, Cosmo, Maria Angela, Luizão, Almiram, Rolando, Chiquinho, Ricardo, Graça, Fatinha, Miguel, Vera e Janine (**Direção Nacional**); Sirle, João Batista, Maria Laudemira e Lazaro Manoel (**SINETET-UFU**); Rosangela, Edson, Janaina, Rose e Sergio (**SINDIFES-BH**); David Silva (**SINTUFEJUF**) Eurides, Luis Carlos, Bené, Jorge e Guedes (**SINTFUB**); José Ferreira, João Portácio, Pedro Santiago e Evaldo (**SINTUFCE**); Eugenia, Nilson e Boaventura (**SINTUF-MT**); Rita, Didi, Paulo, Valdemir e Carlinhos (**ASSUFBA-SIND**); Tatiana, Patrícia, Nilce, Chiquinho e Nivaldo (**SINTUFRJ**); José Anchieta e Rita (**SINTEST-RN**); Jairo Honório e Lenilson (**SINTUFEPE/FED**); Marcos Acioli e Jose Marcos (**SINTUFEPE/Rural**); Assis, Eduardo Luz e Manoel (**SINTUFSC**); Rogério (**ASSUFSM**); Clodoaldo, José Ferreira, Marinésio e Mafaldo (**SINTESPB**); Darci (**ASUFPEL**); Adilson, Hilton e Sidney (**ASSUFOP**); Rita, Julio Reis, Christina e Julio Daniel (**ASAV**); Luiz Fernando e Paraná (**SINDITEST-PR**); Paulo Menezes, Eunice e Gibran (**SINT-UGF**); Ivete (Nega Loira) e Melissa (**SINTUNIFESP**); Cipriano, Maria Clara e Lucidio (**SINTUFMA**); Adailton (**UNIFEI/ASSEFEI**); Maria Simone e Hamilton (**SINTUFS**); Jorjão (**ASUNIRIO**); Salete, Arami e Maria de Lurdes (**ASSUFRGS**); Lidismar (Lilica) e Chiquinho (**SINTESAM**); Dario (**SINTEST-AC**); Joaquim e José de Carvalho (**SINDS-UFSJ**) e Carlinhos e José Célio (**SINTUFSCAR**).

Presentes em Brasília: Atamário (**UFS**); Keila Camelo (**UFCE**); Cristina del Papa (**UFMG**); Vanda (**ASAV**) e Soares (**UFPA**).

Observação: A Diretora Vera está presente em Brasília desde o dia 14/08.

ERRATAS em relação ao IG2007 AGO-12:

1. Onde se lê Lenilson (SINTEST-RN), leia-se: SINTUFEPE/FED..
2. Onde se lê SINTUFPI, leia-se: sem representantes no momento no CNG.

INFORMES NACIONAIS**83 DIAS DE PARALISAÇÃO
46 INSTITUIÇÕES FEDERAIS EM GREVE**

ENTIDADE/IFE	GREVE	MOBILIZAÇÃO / Observações
NORTE		
01 - UFAC/SINTEST-AC	SIM	
02 - UNIR/SINTUNIR		
03 - UFPA/SINTUFPA	SIM	
04 - UFRA/SINTUFRA	SIM	
05 - UFAM/SINTESAM	SIM	
06 - UFT/SINDAD	SIM	
NORDESTE		
07 - UFPI/SINTUFPI	SIM	
08 - UFMA/SINTEMA	SIM	
09 - UFCE/SINTUFCE	SIM	
10 - UFRN/SINTEST-RN	SIM	
11 - UFERSA/SINTEST-RN	SIM	
12 - UFPB/SINTESPB	SIM	
13 - UFCG/SINTESPB	SIM	
14 - UFRPE/SINTUFEPE	SIM	
15 - UFPE/SINTUFEPE	SIM	
16 - UFAL/SINTUFAL	SIM	
17 - UFS/SINTUFS	SIM	
18 - UFBA/ASSUFBA	SIM	
19 - UFRB/ASSUFBA	SIM	
CENTRO-OESTE		
20 - UFG/SINT-UGF	SIM	
21 - UNB/SINTFUB	SIM	
22 - UFMS/SISTA-MS	SIM	
23 - UFGD/SISTA-MS	SIM	
24 - UFMT/SINTUF-MT	SIM	
SUDESTE		
25 - UFMG/SINDIFES-BH	SIM	
26 - UFOP/SIND-ASSUFOP	SIM	
27 - UFV/ASAV	SIM	
28 - UFLA/SINDUFLA	SIM	

29 - UFSJ/SINDS	SIM	
30 - UFTM/CLG – categoria	SIM	
31 – UFU/SINTET-UFU	SIM	
32 - EFOA/SINTEFOA		
33 - UFJF/SINTUFEJUF	SIM	
34 - UFSCAR/SINTUFSCAR	SIM	
35 - UNIFESP/SINTUNIFESP	SIM	
36 - UFRRJ/SINTUR-RJ	SIM	
37 – UFRJ/SINTUFRJ	SIM	
38 – UFF/SINTUFF	SIM	
39 - UNIRIO/ASUNIRIO	SIM	
40 – UFES/SINTUFES	SIM	
41 – UNIFEI/SINTUFEI	SIM	
SUL		
42 – UFPR/SINDTEST-PR	SIM	
43 - ITEF/SINDTEST-PR	SIM	
44 – UFSC/SINTUFSC	SIM	
45 - UFRGS/ASSURGS	SIM	
46 - UFPEL/ASUFPEL	SIM	
47 – UFSC/ASSUFSC	SIM	
48 – FURG/APTAFURG	SIM	
TOTAL	46	

AQUELES(AS) QUE ACREDITAM NA RESISTÊNCIA E NA CAPACIDADE DE LUTA DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NÃO FOGEM A LUTA

Neste momento da Greve, cabe refletir acerca dos elementos centrais que motivaram a categoria à deflagração da Greve, no dia 28 de maio do corrente ano, em uma conjuntura desafiante. A categoria, refletindo uma cultura histórica desta Federação, acatou a convocação da FASUBRA, a partir de uma compreensão acertada, da leitura da conjuntura e do contexto em que a Greve se inseriu, tendo aderido à Greve, desde o primeiro momento, um número expressivo das entidades filiadas, com um eixo específico e outro geral para que, em conjunto com os (as) trabalhadores (as) do Serviço Público Federal pudessemos impor uma agenda ao Governo. Infelizmente, os (as) trabalhadores (as) do SPF não estavam preparados. Assim, com a coerência que é peculiar à Federação, apontamos a construção de nossa Greve, pelo eixo específico e com uma disposição e unidade da categoria.

Através de Manifestações, de Atos Políticos nos Estados e em Brasília, tendo como protagonista, a CUT, as entidades sindicais, os Movimentos Sociais, o MST, a UNE, pautamos, no cenário nacional, uma nova Agenda Política, afirmando nossos eixos históricos e a nossa resistência à retirada de direitos e ameaça à construção de um Estado forte, democrático e inclusivo.

Somente em 2007, já foram realizadas várias Marchas. A Esplanada dos Ministérios, onde se encontra o Poder Executivo, teve que ouvir, repetidamente, o clamor dos Movimentos Sindicais e Sociais; o eco constante, contra o PLP 01/2007; pela aprovação do Veto do Presidente Lula a Emenda 03; contra a Fundação Estatal de Direito Privado; em Defesa do Exercício Legítimo de Greve; pela Ratificação da Convenção 151 da OIT; contra a restrição ao direito de Greve e pela instituição da Negociação Coletiva no Serviço Público.

A rearticulação dos movimentos sociais, com ações de massa e de ruas, deve ser avaliada positivamente, neste momento da conjuntura. Os trabalhadores (as), na rua, através das Marchas organizadas pela FASUBRA, CUT, MST, CONDSEF, ultimando com a grande Marcha organizada pela CUT, no dia 15 de agosto, trouxe a Brasília mais de 20 mil trabalhadores, com uma Agenda Positiva na lógica dos (as) trabalhadores (as), tendo por eixo norteador a Luta em Defesa dos Direitos da Classe.

Nesta conjuntura desafiante, entendemos e assumimos o nosso papel como protagonistas, nesta luta. Estamos em Greve, lutando em defesa dos serviços públicos, que tem como preliminar uma inter relação com trabalhadores (as) que precisam ser valorizados (as) e motivados (as). Mais uma vez, provamos, através da ação política, que é possível lutar e que é possível construir a unidade responsável, na ação política, na condução da luta, e que, acima de tudo, é possível manter a FASUBRA unida e forte.

A Greve, que já acumula elementos positivos, começando pela própria capacidade da categoria de lutar, de resistir e de avançar conquistando reivindicações, representa um capital político, nesta conjuntura, que deve ser respeitado e não pode ser banalizado.

Do ponto de vista do eixo geral, **pautamos no Congresso Nacional o debate acerca das contradições do PLP 01/2007**. Temos trabalhado com vários setores da sociedade o significado desse Projeto, que se encontra na contramão do papel do Estado, enquanto indutor do desenvolvimento. A nossa ação contra o PLP 01/2007 tem conseguido aliados e, articulada a outros elementos da própria dinâmica do Congresso Nacional e da conjuntura, provocou uma paralisação da tramitação do PLP 01/2007, o que oxigena e nos dá mais tempo nesta luta. A **Marcha do dia 15 da CUT** acumulou mais um elemento positivo, pois conseguiu do Ministro do Planejamento e do Presidente do Congresso Nacional pautar o debate com o relator do PLP 01/2007, Deputado Pimentel, sobre o conteúdo deste Projeto. Para nós, a luta continua pela rejeição do Projeto. Por isto, estaremos trabalhando para convencer os (as) parlamentares, através do debate, acerca das contradições do projeto e da necessidade de remeter este debate para o espaço adequado - que é a sociedade organizada e, em particular, a Mesa de Negociação com os (as)

trabalhadores (as) do Serviço Público Federal -, vez que o mesmo possui em seu bojo uma lógica de "política salarial" e de concepção de Estado que precisa ser dado tratamento adequado e democrático.

Ainda na luta em defesa de um Estado Forte, que supere a herança do modelo gerencial do Estado Mínimo, aprofundado no governo FHC, a FASUBRA tem se empenhado, no início de forma solitária, em particular, **na luta contra a transformação dos HU's em Fundação Estatal de Direito Privado e, do ponto de vista geral, contra o modelo de gestão proposto, através de um projeto gestado no MP, que culminou no PL 92/2007 – que propõe a criação deste novo ente, que nada mais é do que o ressurgimento das Organizações Sociais de Bresser Pereira**. É uma luta dura!!! Por isto, temos articulado na busca de aliados.

A CUT aprovou em sua Executiva a luta contra as Fundações Estatais de Direito Privado, incluindo no Eixo de sua Agenda Política esta campanha, que vai colocar para o conjunto dos (as) trabalhadores (as) e dos movimentos sociais mais fôlego, muita resistência e persistência nesta luta. Aliada a esta posição, temos a resolução do CNS (Conselho Nacional de Saúde) contrária ao modelo, que vem sendo reproduzida nos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, num acúmulo, rumo à **Conferência Nacional da Saúde**.

A Greve, no entanto, apresenta desafios que têm demandado um trabalho incessante do CNG/FASUBRA e CLG's, com atividades constantes e incessantes, buscando aliados para nossa luta e o convencimento do Governo, nesta queda de braço, defendendo a evolução de nossa tabela articulada à manutenção dos princípios e concepções de nossa carreira, aprovados em nossas instâncias máximas de deliberação.

A FASUBRA Sindical, antecedendo à deflagração da Greve, sempre teve claro que a tarefa central da luta, com relação ao eixo específico, é a conquista de recursos para a evolução da tabela.

O Governo, na pessoa do Ministro Fernando Haddad, em reunião realizada no dia 23 de maio de 2007, bem como o atual Secretário de RH/MP, Duvanier, e o Secretário em exercício à época, Sérgio Mendonça, em reunião realizada no mesmo dia, reconheceram a legitimidade das reivindicações da FASUBRA, apresentando, verbalmente, sem nenhuma garantia, como proposta norteadora para a negociação, o início a uma política de recuperação das distorções salariais no executivo, tendo por parâmetros iniciais os pisos do PGPE – Plano Geral do Pessoal do Executivo (antigo PCC). Como os trabalhadores (as) técnico-administrativos em educação das IFES possuem o menor piso e teto salarial do funcionalismo público e, também, considerando que a FASUBRA sempre defendeu e consta de sua bandeira histórica de luta a Isonomia Salarial, imediatamente concordamos com esta lógica, que nada mais é o que a construção de uma política que supere uma situação de injustiça social existente na relação Estado e trabalhadores (as) do serviço público.

Não podemos desconsiderar uma peculiaridade no comportamento do Governo, que demarcou as relações negociais nesta Greve. Não houve, momento algum, nestes 83 dias de Greve, nenhuma imposição do governo, de suspensão da Greve para continuar a negociação, apesar das diversas afirmações do Secretário de RH/MP de que a Greve não contribuía para a qualidade das negociações, ao que sempre era respondido à altura pelo CNG/FASUBRA. Portanto, o CNG vem negociando, num esforço para a construção de consensos, por dentro da Greve.

Entretanto, temos que reconhecer que a Mesa de Negociação, devido à dinâmica imposta pelo governo, tem se desenvolvido com muita letargia, nestas 8 reuniões, desde o início da Greve. Mesmo assim, a mesma tem produzido acúmulos com referência à construção de consensos relativos ao eixo emergencial, com destaque para:

- **Recursos para o Auxílio à Saúde Suplementar, a partir de novembro de 2007** – reivindicação histórica dos (as) trabalhadores (as), que só foi possível conquistar, neste momento, da conjuntura, a partir desta Greve, e da posição firme do CNG/FASUBRA, superando os limites colocados nas primeiras reuniões pelo governo. O CNG/FASUBRA – já realizou reuniões com a ANDIFES, visando construir condições favoráveis para a aplicação do benefício para o conjunto dos (as) trabalhadores (as), a partir de novembro de 2007. No entanto, é imprescindível que os Sindicatos de Base estejam atentos às orientações da FASUBRA, atuando junto às Reitorias, visando a operacionalização dos requisitos necessários, conforme dispõem as prerrogativas da Portaria 1983/2006. Já solicitamos do Ministério de Planejamento o envio as IFES, de esclarecimentos e orientações acerca dos procedimentos necessários para a liberação dos recursos.

- **Resolução do VBC** – este dispositivo foi construído na Greve, por ocasião da construção da Carreira, para evitar redução salarial, para uma parcela significativa de nossa Base - 57 mil trabalhadores, de várias Classes, com concentração maior nas Classes C e E. A instituição do VBC, desde o seu início, já provocou um tratamento diferenciado para o conjunto dos (as) trabalhadores (as), quebrando o princípio de isonomia de tratamento entre as classes e entre os (as) trabalhadores (as), vez que, mesmo por dentro das classes, uns possuem VBC e outros não.

Em 2006, a FASUBRA aprovou em suas instâncias deliberativas a proposta de alteração do artigo 15, buscando mudança da forma de absorção do VBC visando impedir a manutenção das distorções e tratamento diferenciado entre os (as) trabalhadores (as) que aderiram a Carreira.

Diante destes elementos, o CNG/FASUBRA entende como positivo o fato do Governo ter aceitado a nossa proposta de não absorção do VBC. Coube ao CNG/FASUBRA apresentar texto de alteração deste **Artigo 15** – e, desta vez, colocaremos no teor da Lei, a forma justa de superar as diferenças de tratamentos, ou seja, não haverá absorção total, a cada evolução da Tabela, mas, sim, parcial, em longas parcelas, vez que não compreendemos o VBC, como um incremento salarial e, sim como uma parcela de salário que seria reduzido, caso não se pensasse neste instrumento.

Com relação ao VBC já absorvido, que provocou congelamento de parcela dos salários de mais de 20 mil trabalhadores (as) de nossa base, este, de fato, é um desafio que ainda não sabemos como resolver. Contudo, o Secretário de RH/MP, Duvanier, disse que poderiam ser buscadas formas e métodos para recuperação deste prejuízo. Por isso, o CNG/FASUBRA, na contra proposta apresentada ao governo, tendo por parâmetros a resolução

da Plenária, trabalha uma interpolação maior entre as Classes B e C, e D e E, onde existe uma concentração maior de VBC.

O MOMENTO DE NOSSA GREVE

O CNG/FASUBRA, majoritariamente, avalia que o maior patrimônio político positivo de nossa Greve é a garantia da unidade da categoria. Independentemente da classe a que pertencamos, somos todos (as) Trabalhadores (as) Técnico-Administrativos em Educação – aposentados (as) e ativos (as) - e não podemos permitir, entre nós, qualquer ação que venha a fortalecer a divisão entre Classes. Lutamos muito para superar preconceitos, na relação academia (representada pelos professores) e papel dos (as) trabalhadores (as) técnico-administrativos que, antes da Carreira Nacional, não possuíam uma identidade própria, a partir de uma cultura secular, que, embora não aceitemos, entendemos.

A nossa luta conseguiu, ao longo dos anos, acumular resistências e, hoje, a nossa categoria, independentemente de sua formação escolar, tem a consciência e o reconhecimento do seu papel na construção do conhecimento e formação de profissionais comprometidos com a transformação social (este é o desafio). Este patrimônio político positivo de nossa Greve se encontra vinculado à nossa capacidade de luta e de resistência.

O SIGNIFICADO DA UNIDADE NA FASUBRA

A palavra unidade sempre fez parte de nossas bandeiras e palavras de ordem. A FASUBRA Sindical, pela sua cultura organizativa, estruturada numa concepção democrática e participativa, sempre se esforçou muito pela prática concreta deste instrumento estratégico na luta dos (as) trabalhadores (as). Por isso, acima das diferenças ideológicas, partidárias e pessoais, hoje, a **FASUBRA, se encontra unida em torno de um objetivo comum, pontual e estratégico - que é a conquista desta Greve -, respeitando, rigorosamente, todas as decisões construídas em suas instâncias.**

Da mesma forma que lutamos pela unidade que, neste momento, é algo concreto, temos a consciência de que ainda não temos a unanimidade. E este fato é compreensível, pois, na história desta Federação, em suas lutas e conquistas, tivemos, sim, vários momentos de unidade, mas, dificilmente conseguimos a unanimidade, que, às vezes, não existe nem nos coletivos políticos. Portanto, nesta Greve, não seria diferente. Mas, o espaço para o contraditório, como sempre, está sempre aberto.

Respeitando e atentos à cultura histórica desta Federação, no exercício da democracia e da defesa do patrimônio da FASUBRA, expresso no seu Estatuto ao qual estamos atentos, entendemos que as resoluções das instâncias (Congressos, Plenárias e, nas entidades de base, Assembléias) devem ser observadas e respeitadas, e o CNG/FASUBRA, mesmo debatendo e respeitando as diferenças legítimas, tem buscado nortear todas as suas ações respeitando esta premissa.

A CONTRA PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO

O CNG/FASUBRA, analisando o conteúdo da proposta apresentada pelo Governo, destaca:

01. É proposto, para evolução do piso, um novo tipo de VBC (vez que o mesmo vai sendo absorvido), para alguns níveis de padrões da Classe A (6 primeiros padrões do nível I; 5 primeiros, do nível II; 4 primeiros, do nível III e 3 primeiros, do nível IV) e da Classe B (o padrão 1 do nível I).

Esta complementação atinge a Classe A, até o ano de 2010, e a Classe B, em apenas no ano de 2008.

O CNG/FASUBRA entende que este complemento de pisos, para alguns Níveis de Padrões, conforme detalhado a seguir, **é uma proposta que não deve ser acatada pela categoria**, pois estaríamos conseguindo, de forma falsa, o piso de R\$ 988,00, reproduzindo, novamente, uma distorção que, hoje, estamos lutando para superar - que é o congelamento salarial para parcela da categoria -, independentemente de seu número e, ainda novamente, reproduzindo uma situação de discriminação por dentro da Tabela.

EXPLICITAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO GOVERNO

2008 – CLASSE A		
Valor da complementação para atingir a remuneração de R\$ 988,00		
Padrão	No. de trabalhadores(as)	Valor da complementação da remuneração
Padrão 1	008	R\$ 185,24
Padrão 2	016	R\$ 156,34
Padrão 3	041	R\$ 126,40
Padrão 4	054	R\$ 95,38
Padrão 5	101	R\$ 63,25
Padrão 6	463	R\$ 29,96
Total	683	

2008 – CLASSE B		
Valor da complementação para atingir a remuneração de R\$ 988,00		
Padrão	No. de trabalhadores(as)	Valor da complementação da remuneração
Padrão 1	015	R\$ 29,96
Total	015	

2009 – CLASSE A		
Valor da complementação para atingir a remuneração de R\$ 988,00		
Padrão	No. de trabalhadores(as)	Valor da complementação da remuneração
Padrão 1	008	R\$ 142,13
Padrão 2	016	R\$ 111,68
Padrão 3	041	R\$ 80,13
Padrão 4	054	R\$ 47,45
Padrão 5	101	R\$ 13,59
Total	220	

2010 – CLASSE A		
Valor da complementação para atingir a remuneração de R\$ 988,00		
Padrão	No. de trabalhadores(as)	Valor da complementação da remuneração
Padrão 1	008	R\$ 96,71
Padrão 2	016	R\$ 64,62
Padrão 3	041	R\$ 31,38
Total	065	

Estaremos disponibilizando a tradução dos índices propostos pelo governo, em Tabela, para melhor compreensão da categoria.

Cabe lembrar o conteúdo da contra proposta apresentada pela CNG/FASUBRA (que estaremos também, traduzindo em Tabela), que possui como lógica central a resolução da plenária, e da proposta do governo de aproximação dos pisos, tendo por referência o PGPE:

Piso	Nível de Classificação
R\$ 988,00	A
R\$ 1.221,56	B
R\$ 1.564,71	C
R\$ 2.004,25	D
R\$ 2.755,43	E

01. Analisando, ainda, o conteúdo da proposta do Governo, observamos, que a única mudança, com relação à primeira proposta apresentada pelo Governo, está localizada:

- Na proposta de complementação dos pisos dos primeiros padrões de vencimento da tabela salarial.
- No aumento do piso da Classe D, em índice de 5%. Com isto, houve o aumento de mais um nível, na interpolação da C para a D.

02. Com relação à primeira proposta:

- O piso real da Tabela continua com o valor apresentado na primeira proposta: **R\$ 891,29** (em 2010).
- É mantida a proposta de incorporação do **Abono Pecuniário** (R\$ 59,87).
- As Classes B, C e E ficaram com os mesmos índices apresentados na primeira proposta: **Classe B: 22,34%; Classe C: 23,07% e Classe E: 89,87%.**
- Impacto financeiro nos meses de julho de 2008, 2009 e 2010.

O CNG/FASUBRA, analisando a proposta do Governo, comparando com os índices de reajuste almejados para a aproximação de pisos, conforme deliberação da Plenária, apresenta, a título de esclarecimento para o conjunto da categoria, as seguintes informações:

DIANTE DOS ELEMENTOS ACIMA TRABALHADOS, RELACIONADOS À PROPOSTA DO GOVERNO, O CNG/FASUBRA DELIBERA:

- Apresentar **posição do CNG ao Governo**: problematizando o conteúdo da proposta e afirmando que a proposta é insuficiente, pois não garante a evolução real do piso da tabela e das classes B, C e D.
- **Sobre as interpolações entre as Classes**: não houve avanço na contra proposta.
- **Sobre o aumento de 5% na Classe D**: consideramos ainda insuficientes, pois continua muito rebaixado em relação ao referencial dado pelo próprio governo – PGPE.
- Cobrar do governo o **limite orçamentário disponibilizado para a superação das distorções salariais de nossa Tabela**, em comparação ao PGPE.
- **Não aceitar nenhum tipo de VBC** ou correlato para nenhuma classe.
- Cobrar do governo: que os recursos utilizados para o pagamento do abono pecuniário não sejam contabilizados como recursos novos na evolução da tabela. Que este montante seja considerado a parte dos recursos novos.

COM RELAÇÃO A GREVE: INTENSIFICAR NESTA SEMANA AS AÇÕES:

- **Dia 21 de agosto (3ª feira) - DIA NACIONAL DE LUTAS** – ocupações e atos junto às Reitorias e junto aos Parlamentares nos Estados. Eixo: **MAIS RECURSOS PARA APLICAÇÃO NA TABELA.**
- Manter, de 2ª a 6ª-feira (durante toda a durante a semana), as Ações nas Universidades.

ENCAMINHAMENTOS:

- Documento denunciando a posição de movimento separatista – coordenado, por algumas pessoas integrantes da Classe, E. Pois, a maioria da Classe E está lutando, em conjunto com as demais Classes, e por dentro da

FASUBRA. Esta minoria separatista atua contra o movimento organizado pelos (as) trabalhadores (as), representado pelos Sindicatos de Base e pela FASUBRA.

- Reforçar, neste Texto, que a FASUBRA e os Sindicatos de Base estão unidos da Classe A a E. Portanto, movimentos como estes reforçam a tese do separar para enfraquecer, fortalecendo a lógica neoliberal de fragmentação dos patrimônios de luta construídos pelos (as) trabalhadores (as).

- Orientar que os Sindicatos de Base combatam esta ação nas bases onde existem essas pessoas, que estão trabalhando pela desunião e fragmentação da classe e da categoria como um todo.

- Divulgar o conteúdo da proposta do governo – traduzido em tabela – e também a contra proposta da FASUBRA.
- **21 de agosto (3ª-feira) – Organizar a participação da FASUBRA na Marcha das Margaridas**, aproveitando a ocasião para coletar assinaturas do Abaixo Assinado em Defesa dos HU's.
- Com relação aos (às) trabalhadores (as) que continuam no PUCRCE, por não terem aderido ao PCCTAE (por motivos diversos) - Encaminhar para o governo solicitação de novo prazo para adesão.
- Agendar com o Deputado Genuíno – reuniões para dar seqüência aos encaminhamentos acerca da tramitação da PEC que trata da Ascensão Funcional.
- Encaminhar resposta ao CLG/Pelotas acerca do documento enviado à DN da FASUBRA. A resposta será disponibilizada ao CNG/FASUBRA.
- Solicitar do DIEESE – acelerar o estudo acerca da evolução salarial da categoria, com índices, por níveis e classes, antecedendo ao PUCRCE.

ATENÇÃO: Seguem, em anexo, a proposta correta apresentada pelo Governo e a contra proposta apresentada pela FASUBRA.

Proposta apresentada pelo CNG/FASUBRA para 2008: